



**UNISUL**

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

CLAUDIOMIRO EWERTON ALEIXO

A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO MERCADO INFORMAL DA FEIRA MUNICIPAL NO  
MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM DO MARANHÃO

Palhoça

2017

CLAUDIOMIRO EWERTON ALEIXO

A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO MERCADO INFORMAL DA FEIRA MUNICIPAL NO  
MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM DO MARANHÃO

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de  
graduação em Ciências Econômicas, da Universidade  
do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciado.

Orientador: Prof. Jailson Coelho, Msc.

Palhoça  
2017

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1	EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	14
	<i>Objetivo geral</i> .....	15
	<i>Objetivos específicos</i> .....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
2.1	INFORMALIDADE SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTERNACIONAL – O.I.T.....	18
2.2	INFORMALIDADE PARA O BANCO MUNDIAL.....	19
2.3	CONTEXTOS DA ECONOMIA INFORMAL NO BRASIL.....	21
2.4	INFORMALIDADE NO MERCADO BRASILEIRO DE ACORDO COM O INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICAS APLICADAS.....	21
2.5	A FORMALIDADE X INFORMALIDADE NO BRASIL.....	22
2.6	INFORMALIDADE, ENVELHECIMENTO E TRABALHO.....	23
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as questões da informalidade trabalhista na feira Municipal de Itapecuru Mirim com foco na participação do idoso neste mercado. O conceito sobre informalidade admite várias definições, pois não existe um consenso entre os estudiosos desse assunto, porém tomou-se como base um conceito muito utilizado por diversos pesquisadores conforme o que segue: Podemos definir relação de trabalho informal, como o assalariamento sem carteira assinada e trabalho por conta própria, onde percebemos a ausência da proteção das legislações trabalhistas, acarretando assim, na precarização das condições de trabalho, nestes tipos de relações trabalhistas no mercado informal, presentes principalmente em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

O mercado de trabalho exige cada vez mais, qualificação para do candidato, levando os menos qualificados ou desfavorecidos de informações, a buscarem estratégias de sobrevivência, ocasionando dificuldades de reemprego ou ingresso no mercado de trabalho para uma parcela da população.

A feira de Itapecuru Mirim é um importante ponto de comércio popular da cidade de Itapecuru Mirim do Maranhão, a qual passou por duas transformações físicas: Inaugurado em 31 de dezembro 1920 pelo então prefeito libanês Antônio Basílio Simão, na antiga praça Coronel Nogueira, atual João Lisboa, passou por uma importante reforma em sua estrutura física em 1962 na gestão do prefeito Abdalla Buzar (SANTANA, 2010, p. 97).

Este patrimônio itapecuruense foi um importante agente de transformação da organização comercial de produtos alimentícios pois antes o que havia era um caos e desorganização na venda de produtos perecíveis.

Portanto, a temática do trabalho apresentado a seguir estará voltada para o estudo de caso, da participação do idoso no mercado informal, mais especificamente, da Feira Municipal de Itapecuru Mirim (FMIM) e suas possíveis implicações.

### 1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A participação do idoso no mercado informal da Feira Municipal de Itapecuru Mirim do Maranhão.

O que leva o idoso a procurar trabalho informal no FMIM?

Qual o percentual de idosos nesse ambiente de trabalho?

### 1.2 OBJETIVOS

Tomando como base o problema de pesquisa, apresentam-se, na sequência, os objetivos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

## **Objetivo geral**

O objetivo geral do trabalho de conclusão de curso é investigar o perfil socioeconômico dos trabalhadores informais alocados na Feira Municipal de Itapecuru Mirim e demonstrar o grande percentual de idosos que participa deste mercado, com enfoque nas causalidades da participação desse agente social no referido mercado, a fim de contribuir para pesquisas futuras, através da exposição e interpretação dos dados obtidos em pesquisas de campo e da descrição de entrevistas feitas a funcionários públicos que trabalham com objeto de estudo. Assim contribuindo para melhor compreensão do mercado econômico informal acima citado. Com isso demonstrar de forma simplificada os aspectos desse fenômeno econômico que tem se difundido em muitos países de maneira silenciosa e rápida. Elaborando uma visão empírica-analítica do mercado no Mercado, contribuindo para resultados futuros mais consistentes.

## **Objetivos específicos**

De forma a atingir e complementar o objetivo geral, apresentam-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- *Definir o percentual de participação do idoso no mercado informal da Feira Municipal de Itapecuru Mirim;*
- *Identificar o motivo dessa participação;*
- *Descrever a composição e características do mercado informal na Feira;*
- *Estimar renda e valores movimentados pelos agentes estudados (idosos) na área em questão (Feira Municipal de Itapecuru Mirim);*
- *Criar material para futuras pesquisas.*

### **1.3 JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista que a Expectativa de Vida (EV) do brasileiro, segundo tábua de vida de 2015, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, que é de 75,5 anos e especificamente no Estado do Maranhão com EV de 70,3 anos, percebe-se que há um aumento considerável com relação ao ano de 1980 quando a EV do Estado em questão era de 57,5 anos. Além da análise do relatório sobre o perfil dos idosos responsáveis por domicílios, com uma análise

temporal (2000-2010), onde, em 2000 o Brasil tinha um pouco mais de 14 milhões de idosos e deles 62,4% eram responsáveis economicamente por suas residências e em 2010 através do censo evidenciou-se aproximadamente 21 milhões de idosos com percentual acima dos 63% de responsabilidade por domicílio. Com esse acréscimo, foi levantado várias hipóteses sobre o comportamento e as fontes de renda dessa população acima de 60 anos.

O presente trabalho, busca evidenciar as alternativas encontradas pelos agentes sociais em questão, para manter suas necessidades econômicas ou complementar renda; mais especificamente um estudo de caso, embasado em fontes de dados primários e secundários obtidos em pesquisa de campo pelo autor em 2017 na área a ser estudada, no caso, a FMIM.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para esta pesquisa, considerando-se os objetivos do estudo, passou por revisão bibliográfica sobre o tema, através de pesquisa em sites oficiais e leitura de textos acadêmicos, analisando impressões obtidas em órgãos oficiais como Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim, subsidiando a construção do tema e problemática o que possibilitou a elaboração de um questionário baseado nestas informações. Tal questionário foi aplicado aos agentes econômicos em estudo a fim de coletar dados primários que viessem confirmar ou elucidar a teoria do pesquisador. A análise e interpretação de dados referem-se à fase final da pesquisa, através do método qualitativo.

A pesquisa de campo e coleta de dados será realizada nos meses de setembro, a outubro de 2017, as segundas-feiras e finais de semana. Período considerado como o de vendas normais. Às segundas-feiras são um dia atípico no calendário semanal devido a formação de uma feira e comercio de camelos nas ruas laterais que são formados por sua grande maioria de feirantes viajantes que possuem o costume de visitar várias cidades em diferentes dias da semana para oferecer suas mercadorias.

Foi seguido o método empírico da observação, acompanhando e questionando os trabalhadores informais, que foi de fundamental importância para se obter resultados mais aproximados da realidade da qual estes profissionais estão inseridos.

Os objetivos relacionados a este tipo de pesquisa segundo Gil (2002, p 45-50), é buscar detalhamento das características de determinada população ou fenômeno, estipulando relações entre as variáveis. Interrogando diretamente o grupo estudado acerca do problema a ser analisado objetivando conhecer o universo estudado, quantificar dados e obter conclusões correspondentes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que o contexto do trabalho informal evidencia uma crise capitalista de proporções mundiais, impactos de uma desaceleração no crescimento baseado na reprodução, observa Antunes (2007 p.13). Cerca de um terço dos trabalhadores no mundo encontram-se exercendo trabalhos

parciais, precários, temporários, ou já vivenciando o desemprego. Mais de um bilhão de homens e de mulheres experimentam o descontentamento do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado.

Em geral a economia informal para (Tiryaki 2008 p 98) é formada por negócios no setor em pequena escala, sem disponibilidade de crédito no mercado, sem registro junto ao Estado para cumprimento de contratos. Tornando o mercado informal responsável, em partes, pelas baixas taxas de crescimento econômico de países com expressivos índices de trabalhadores informais.

De acordo com Cacciamali (1983 p155) os trabalhadores informais devem ser analisados como excedente de mão de obra, através de fatores internacionais, nacionais e locais, relacionando-se entre formais e informais ponderando seus efeitos sobre a precarização do trabalho. Todavia o setor informal não avança sobre o espaço explorado pelas empresas, que ao executar sua dinâmica, possibilitam passivamente ofertas de produtos e serviços não abrangidos pelo mercado formal. Atuação da informalidade depende de flexibilidade, retraindo ou aumentando de acordo com as necessidades produtivas de demandas. Portanto, segundo a autora o setor informal agrega a pequena unidade produtiva na qual não ocorre separação do proprietário dos meios de produção do processo de trabalho.

Ressalta Feijó (2010, p. 337) que as pesquisas que tratam do mercado informal de trabalho são difusas. O mercado informal e sua estrutura produtiva deve ser interpretado como um fenômeno estrutural. Haja vista sua existência também em países industrializados de maneira crescente. Assim a análise do setor informal em economias em desenvolvimento está ligada ao elevado grau de heterogeneidade das estruturas produtivas.

Pastore (2000, p. 10) sugere que a redução da economia informal no país, pode ser uma experiência viável por meio de implantações de projetos que visem combater a informalidade. Reduzindo as barreiras de formalização das micro e pequenas empresas simplificando etapas administrativas e legislação trabalhistas para geração de postos de trabalhos formais e proteção social, como é o caso do Empreendedor Individual (EI).

Sugere Castel (2009 p49) que vulnerabilidade social não é apenas oriunda da ausência da cobertura dos trabalhadores pela seguridade social como também das representações do coletivo por sindicatos e pela regulação dos direitos do trabalho do Estado, este que, sendo fonte de alocação desses benefícios, teria a responsabilidade de equalizar conflitos entre os atores sociais, em busca da coesão social. Contestando o sistema de proteção social criado para relação de emprego, que objetiva cobrir integralmente a relação trabalhador-empresa, e contribuições individuais do trabalhador autônomos. Contudo o crescimento das atividades informais denota a necessidade de novas discussões, conclui sobre existência de distintas teorizações sobre a informalidade no mercado de trabalho, considerando que os pontos de vista convergem para o reconhecimento do grave problema da falta de cobertura dos trabalhadores informais.

## 2.1 INFORMALIDADE SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTERNACIONAL – O.I.T

O mercado Informal nasce de contextos sociais ligados a elevadas taxas de desemprego, subemprego, pobreza, trabalho precário e começou a ser estudado a partir de trabalhos divulgados pela O.I.T em 1972 em Genebra, no Programa Mundial de Emprego. Todavia exerce uma função significativa em tais condições, necessariamente na criação de renda. As pessoas aderem a este mercado por necessidade de sobrevivência e acesso a algum rendimento básico.

O crescimento da economia informal em países de distintas economias, é resultado de políticas sociais ou medidas ineficazes. Falta de ajustamento estrutural e institucionais, reestruturações econômicas sem o suficiente enfoque no emprego, vem reduzindo empregos ou falharam na criação de um número suficiente de postos de trabalho (OIT 2014 p 12). Segundo relatório do órgão:

“Durante a última década, verificou-se em muitos países em desenvolvimento um enorme crescimento, alguns com taxas de crescimento excepcionalmente elevadas. De acordo com a 2012 Labour Overview da OIT , a extensão do emprego informal na América Latina e no Caribe foi, reduzindo de 49,9% em 2009 para 47,7% em 2011, na América Latina e Caribe verificou-se um crescimento médio de 3,5% por ano entre 2000 e 2012 No entanto, mesmo nestes casos é importante observar que o crescimento econômico não é suficiente para responder ao desafio da formalização. Com efeito, a OIT estima que, se a região continuar a crescer da mesma forma como tem acontecido na última década (um período excepcional), levará até 55 anos para reduzir as taxas de informalidade.

OIT (2014 p 12)

Os aspectos negativos da economia informal são muito superiores aos seus aspectos positivos. Essa temática foi trabalhada pela primeira vez em 1972 no Kenya, e desde então, a OIT busca monitorar e acompanhar os problemas sociais e econômicos relacionados ao tema. Em 1991, foi proposto o conceito de combate à informalidade, atacando as causas subjacentes. Em 2001, o Relatório propunha que, os princípios do trabalho na economia informal, deveria seguir os padrões da formal, tornou-se marcante pois buscava meios de estender direitos a todos.

As conclusões do relatório de 2002 trouxeram novos contextos a discussão central da OIT à informalidade, tais quais: reconhecimento da escala, dimensões e heterogeneidade do fenômeno. A partir

de então perdia o sentido o termo “setor Formal” sendo substituído pela terminologia “economia informal” pois nesse sentido poderia inserir setores, atividades econômicas de acordo com regionalidades. Contudo há um consenso que o relatório de 2002 foi o mais relevante para as diretrizes e incorporação da economia preservando a criação de emprego e renda. A informalidade é o maior obstáculo para se alcançar o trabalho digno e cidadania. O.I.T (2014 p 17)

Não Obstante, desde 2002 o quadro de trabalho digno vem sendo discutido e aperfeiçoado nos debates políticos, contendo caminhos e ideais buscando neutralizar a informalidade, conforme mostra a figura abaixo:

**Figura 1** Estratégias de Trabalho Digno para Economia Informal



**Fonte:** Relatório Transição da Economia Informal para a Economia Formal O.I.T (2014 p 17)

## 2.2 INFORMALIDADE PARA O BANCO MUNDIAL

Para esta organização a economia informal refere-se as atividades e renda que são parciais ou totalmente fora de regulamentação do governo, tributação e observação. A principal atração desta economia não declarada, é a financeira. Esse tipo de atividade permite que os empregadores e trabalhadores possam aumentar seus ganhos ou reduzir os seus custos por evasão fiscal e contribuições sociais autônomos. Por um lado, o emprego informal pode fornecer um abrigo para os trabalhadores que não conseguem encontrar um emprego no setor formal. Mas, por outro lado, implica uma perda de receitas orçamentais, reduzindo os impostos e contribuições sociais pagos e, portanto, a disponibilidade

de fundos para melhorar a infraestrutura e outros bens e serviços públicos. Ele invariavelmente leva a uma elevada carga fiscal sobre o trabalho registrado. Banco Mundial (2013 p 31).

O setor informal é uma característica econômica generalizada e persistente da maioria das economias em desenvolvimento, contribuindo de forma significativa para a criação de emprego, produção e geração de renda. Estimativas recentes da dimensão do setor informal nos países em desenvolvimento em termos de percentagem do emprego. Em termos de sua contribuição para o PIB, o setor informal representa entre 25% e 40% da produção anual em países da Ásia e da África em desenvolvimento. Banco Mundial (2013 p 47).

Existem várias razões pelas quais os governos podem estar preocupados com grandes setores informais. Estes incluem consequências potencialmente negativas para a competitividade e crescimento, cobertura incompleta dos programas sociais formais e as perdas fiscais, decorrente das atividades econômicas não declaradas. Para a maioria dos governos, essas preocupações superam quaisquer vantagens que o setor informal oferece, como uma fonte de criação de emprego e como uma rede de amparo aos pobres. Ainda segundo o Banco mundial, um grande número de países vem demonstrando interesses pelo desempenho e crescimento do setor informal, proporcionando a sobrevivência e de emprego para um segmento crítico da população. Pesquisas em várias regiões apontam para quatro áreas principais onde tendo o setor informal em conta a política de desenvolvimento pode ser melhorada considerando alguns aspectos.

- a) Em primeiro lugar, as melhorias devem ser feitas ao longo de um tempo contínuo, a heterogeneidade entre as empresas informais aponta para as diferentes abordagens políticas para diferentes tipos de empresas.
- b) Em segundo lugar, deve haver colaboração público-privada para reformas mútuas. Muitos esforços para melhorar o desempenho em elementos da função de produção (as habilidades de trabalho, crédito), enquanto o tratamento de governo, principalmente como um custo (impostos, custo de conformidade com os regulamentos). Entretanto características do regime público influenciam fortemente as decisões das empresas relativas a informalidade.
- c) Em terceiro lugar há uma forte relação entre as competências básicas e os resultados do trabalho, particularmente no sector informal apesar de baixos retornos médios do setor. Programas de serviços de negócios têm um registro decididamente misto, mas a investigação em curso é resultado de refino sobre o que funciona melhor.
- d) Em quarto lugar, o comércio informal é difundido através das redes de atacadistas, fornecedores de crédito, cambistas, transportadores. Banco Mundial (2014 p 9- 13).

No entanto, esse tipo de sistemas de negociação complexa e não transparentes podem prejudicar a política de comércio e da competitividade internacional dos países em desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial (2013 p 64) estudos na América latina sobre a incidência do emprego informal nos países em desenvolvimento sugerem que as taxas de informalidade variam entre 40 e 80

por cento da força de trabalho empregadas. No Brasil a participação informal pode ser superior a 40 por cento da força de trabalho enquanto no México pode chegar a 60 por cento.

### 2.3 CONTEXTOS DA ECONOMIA INFORMAL NO BRASIL

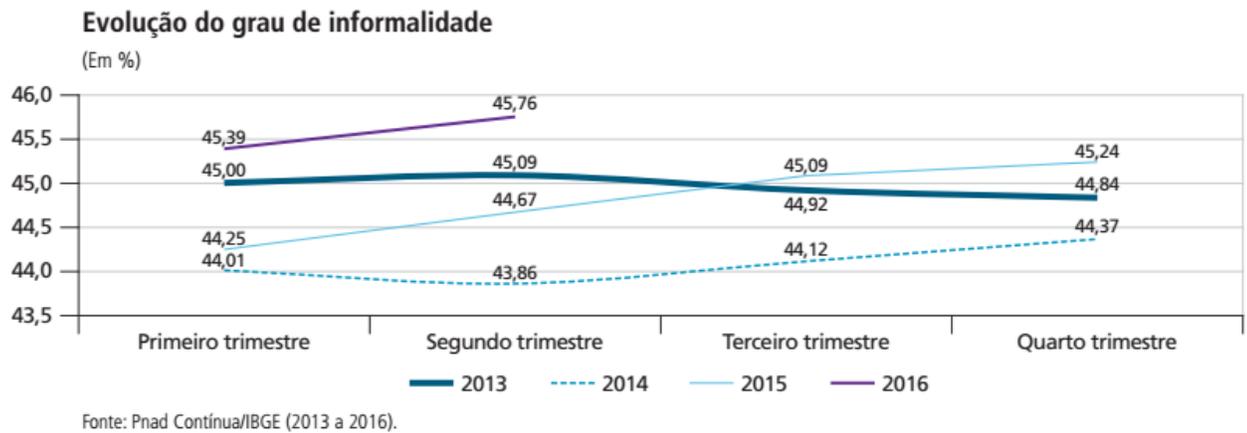
No Brasil esse contexto se tornou marcante no início dos anos 90, em virtude dos processos de privatizações e aberturas econômicas ocorridos no país, de acordo com Krein (2010 p23) a informalidade presente no mercado de trabalho cresceu em decorrência da transferência de trabalhadores de atividades formais, empregados legalmente para atividades informais, tais como a ampliação do trabalho autônomo, da contratação por meio de cooperativas de trabalho, trabalho estágio, contratação como pessoa jurídica (PJ), terceirização etc. Estas contratações partiam de setores formais e com características análogas a emprego disfarçado.

### 2.4 INFORMALIDADE NO MERCADO BRASILEIRO DE ACORDO COM O INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICAS APLICADAS.

Em seus relatórios o IPEA ratifica que informalidade é dependente e endógena dos fatores determinantes da oferta e demanda por mão-de-obra. Condições macroeconômicas diferentes ou mudanças institucionais têm impactos sobre o tipo de postos de trabalho gerados em ambos os setores formais e informais. E conseqüentemente, sobre os resultados do mercado de trabalho. Assim, a questão central é definir os impactos desses fatores, em particular das instituições, sobre a informalidade e seu conseqüente efeito sobre os resultados do mercado.

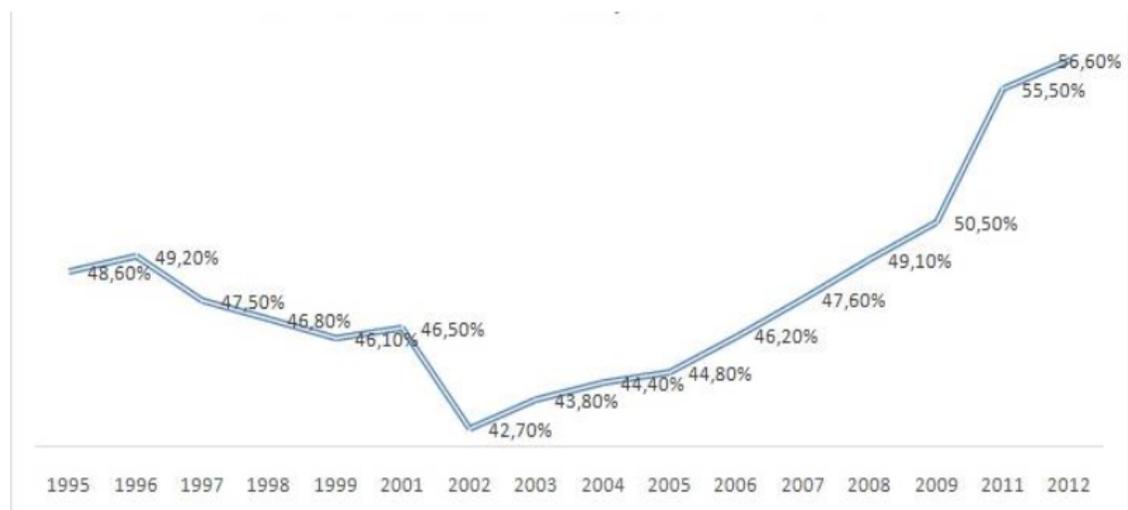
Para o instituto o mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo uma intensificação da informalidade devido ao resultado ruim de grupos dos trabalhadores protegidos (com carteira e militares ou funcionários públicos). O gráfico permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada no primeiro semestre de 2016 ficou em 45,6% e que segue em tendência de alta acompanhando a taxa de desemprego.

## Figura 2



## 2.5 A FORMALIDADE X INFORMALIDADE NO BRASIL

**Figura 3** Evolução da Taxa de Formalidade no Brasil, 1995 – 2012



**Fonte:** Krein e Manzano (2014). Notas sobre formalização, Estudo de Caso: Brasil

Conforme gráfico acima podemos observar o crescimento da taxa de formalidade no Brasil, que tem como uma de suas condicionantes o foco em políticas públicas sociais por parte dos governos de 2002-2012,

Segundo FEIJO (2009 p 329-354), devido a heterogeneidade no setor informal urbano brasileiro em relação às várias características de funcionamento do negócio, podemos classificar os setores de atividade econômica informal de acordo com a insegurança vivenciada pelo proprietário e seus dependentes e a precariedade nas condições de trabalho. Assim, criam-se divisões de atividade no setor informal de forma a expressar uma escala de informalidade, que apresentem uma proximidade maior ou menor com a formalidade. Categorizou-se os ramos de atividade do setor informal urbano em 1997 no Brasil em três níveis, distribuídos da seguinte forma:

- a) Alta informalidade, totalizando 48% do total de estabelecimentos, no qual os ramos de atividade se apresentavam em situação precária de funcionamento, sem registro empresarial, e de funcionários;
- b) Média informalidade, totalizando 25% do total de estabelecimentos informais, no qual os ramos de atividade apresentavam situação intermediária, com registro empresarial e sem registro de funcionários;
- c) Baixa informalidade, com 27% do total de estabelecimentos, caso em que se encontravam os ramos nos quais as empresas estavam, claramente, em melhor situação, aproximando-se de características do setor formal da economia.

O nível de informalidade da economia brasileira é extremamente elevado, e para isso contribuem a alta carga tributária, baixa oferta de empregos formais ou maior exigência para contratações com carteira assinada e a complexidade do sistema.

Segundo pesquisa do Banco Mundial, contemplando dados de 133 países, o Brasil ocupa o nono lugar no *ranking* da informalidade da economia; e se apresentam dados a partir dos quais se pode estimar que, para cada três reais formais, existem outros dois informais circulando.

## 2.6 INFORMALIDADE, ENVELHECIMENTO E TRABALHO

O processo de envelhecimento da população é motivado pela queda de fecundidade e elevação da esperança de vida, sendo um fenômeno mundial (FURTADO, 2005), O Brasil que era considerado um país jovem também está sofrendo o processo acelerado do envelhecimento, além do aumento da expectativa de vida e da redução da taxa de natalidade, sendo que o avanço tecnológico e da medicina também contribuíram para a mudança do perfil da população (ALTMAN, 2011).

O processo de aposentadoria e envelhecimento apresentam múltiplas interfaces, e ocorre de maneiras diversas, de acordo com a história de vida de cada um e, também, com a influência das mudanças na vida social da sociedade contemporânea (BULLA; KAEFER, 2003), sendo singular a cada indivíduo (GOULART JUNIOR et al., 2009). A respeito do envelhecimento, como fenômeno mundial, pontua-se que o Brasil, de acordo com a classificação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), encontra-se em envelhecimento moderado avançado, sendo que entre 8 a 10% da população é idosa (CAMARANO; PASINATO, 2007). Diante do contexto do envelhecimento, surgem algumas discussões, dentre elas, a questão de seguridade social/aposentadoria. O Brasil e a Argentina, de acordo com Camarano e Pasinato (2007), fazem parte dos países pioneiros em adotar sistemas de seguridade na América Latina, influenciados pelo modelo de Bismarck, adotado na Alemanha, que é alicerçado na lógica contributiva e financiado por contribuições tripartite: empregadores, trabalhadores e Estado. Em 2005, segundo os autores, o Brasil contava com uma cobertura praticamente universal, com 87,2% dos idosos recebendo benefícios previdenciários ou aposentadoria, sendo que esta proporção se equivale tanto na zona urbana quanto rural, pois na década de 1990 o país adotou um programa de benefícios não contributivos para os trabalhadores rurais.

A Previdência Social do Brasil (BRASIL, MPS, 2013) considera quatro tipos de aposentadoria: aposentadoria especial (tempo de contribuição e exposição a agentes químicos nocivos), por idade (urbano: masculino - 65 anos e feminino - 60 anos; rurais: masculino- 60 anos e feminino- 55 anos), por invalidez (em decorrência de doença ou acidente estão impossibilitados de trabalhar) e por tempo de contribuição (30 anos de contribuição para a previdência social). É importante destacar que o Brasil é um país que ainda mantém um sistema de aposentadoria formal, com cobertura quase universal.

Dados internacionais a respeito da China mostram que no país existem dois sistemas de aposentadorias: um formal, no qual os empregados urbanos recebem a aposentadoria, sendo ela compulsória aos 60 anos, e um sistema informal, no qual estão os residentes rurais e os trabalhadores informais, que contam com o apoio da família na velhice e também são caracterizados por terem uma trajetória profissional mais longa (GILES; WANG; CAI, 2011). Nos países da América Latina, apenas o Brasil e a Argentina possuem um alto índice de cobertura previdenciária (CAMARANO; PASINATO, 2007).

Tradicionalmente a palavra aposentadoria é ligada à velhice, ainda que se deve considerar que a população aposentada também representada por não idosos (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010). A aposentadoria está ligada, da mesma forma, à noção de recolhimento aos aposentos, de retorno ao interior da habitação, ou seja, representa que o aposentado não é mais ativo na sociedade (KHOURY; FERREIRA; SOUZA, 2010), podendo se afastar do trabalho, pois a renda da aposentadoria é suficiente para o seu sustento (BULLA; KAEFER, 2003).

Todavia, como Bulla e Kaefer (2003) pontuam, as dificuldades na vida cotidiana dos idosos são inúmeras, devido aos preconceitos relativos ao processo de envelhecimento. A aposentadoria, segundo eles, dificulta ainda mais este processo, pois significa afastamento do trabalho, assim, o idoso enfrenta preconceito por ser idoso e também por ser aposentado.

Nesse contexto, decidir o momento de se aposentar pode ser uma das decisões mais importantes que a pessoa faz em sua vida, como ressalta Knoll (2011). A autora argumenta que se espera que quando os indivíduos decidam parar de trabalhar tenham uma maneira de se sustentar financeiramente, ou seja, além do benefício da segurança social, ter outras pensões e poupança pessoal, mas, infelizmente, a grande maioria que se aposenta não tem este tripé, principalmente a poupança.

Observa-se que, nos países desenvolvidos, as pessoas idosas foram impelidas, no começo dos anos 1990, a deixarem de fazer parte da população ativa e passarem a engrossar os grupos dos não ativos (STANDING, 2013). Neste meio tempo, as mulheres jovens pararam de ter bebês, a expectativa de vida aumentou, e a iminência de ter mais pessoas velhas do que jovens, aumentou o número de pessoas que iriam depender da aposentadoria e diminuiu a população ativa, produtiva (STANDING, 2013). Diante de tal quadro, os países desenvolvidos, ao longo da década de 1990, mudaram suas políticas de seguridade social. O objetivo passou a ser eliminar os incentivos à aposentadoria para elevar a taxa de participação e o nível de emprego de trabalhadores idosos (FURTADO, 2005). Percebe-se, atualmente, o retorno ou a permanência dos aposentados no mercado de trabalho, ignorando a lógica de inatividade. A

aposentadoria, então, não é representada como uma forma de desengajamento social (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010).

Os aposentados ocupam hoje uma parte significativa da população economicamente ativa (PEA). De acordo com a definição adotada pelo IBGE (2014), pessoa economicamente ativa é aquela que compreende o potencial de mão de obra que se pode contar para o setor produtivo, as pessoas ocupadas são classificadas em: empregados; empregadores, conta-própria e não remunerados. Cabe lembrar que, no Brasil, não existe nenhum impedimento legal para que o aposentado continue ou se insira novamente no mercado de trabalho (CARERRA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001) e a aposentadoria é feita independentemente do desligamento do emprego, assim, a fixação de uma idade e um tempo de contribuição mínimos não parece ser, por si só, uma variável que induza a redução das taxas de participação dos trabalhadores idosos (FURTADO, 2005). O aposentado é incentivado a trabalhar, pois ao trabalhar continua contribuindo para a previdência e aumenta a receita do Estado, auxiliando na redução do déficit previdenciário (FERNANDEZ, MENEZES, 2001). Entretanto, quando foram criados os sistemas de seguridade, no pós-guerra, o emprego formal era o padrão e a informalidade e o desemprego vistos como questões conjunturais, entretanto, atualmente, o desemprego e a informalidade são características marcantes no mercado de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2007). Hoje, para a seguridade social ter sustentabilidade são necessárias políticas para adiar a data da aposentadoria e estimular a permanência do idoso no mercado de trabalho (FURTADO, 2005).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda que o passo mais objetivo é reduzir os incentivos à inatividade precoce, eliminando os dispositivos legais e os programas sociais que permitem antecipar a idade da aposentadoria (FURTADO, 2005). O incentivo a continuar trabalhando refere-se principalmente ao trabalho formal, no qual existe a contribuição para o Estado, porém, argumenta Furtado (2005), os atrativos do emprego formal são as possibilidades de acesso aos benefícios da Previdência Social, seguro-desemprego e FGTS. O trabalhador aposentado, como complementa o autor, já possui benefício da previdência e não pode receber seguro desemprego por ser acumulativa a aposentadoria, desse modo, a escolha por um trabalho informal seria a mais adequada, devido ao não recolhimento das contribuições previdenciárias que reduziria os custos do empregador e poderia elevar o seu salário líquido.

Cintra, Ribeiro e Andrade (2010) realizaram uma pesquisa com aposentados, os quais continuavam trabalhando no setor informal da indústria calçadista. O setor informal torna-se uma opção para aposentados que necessitam complementar sua renda, já que o mercado formal procura substituir funcionários mais velhos pelos mais jovens, devido à maior capacidade de produção (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010; CAMARANO; PASINATO, 2007).

A dinâmica produtiva atual costuma valorizar a juventude, dificultando a entrada dos mais velhos, sendo vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva, sendo que raramente leva-se em conta a experiência adquirida pelos mais velhos (BULLA; KAEFER, 2003; CAMARANO; PASINATO, 2007). As

empresas estão exigindo trabalhadores qualificados e que se adaptem facilmente as mudanças (BULLA; KAEFER, 2003).

Diante dessa dinâmica, os idosos estão sendo atraídos pelo trabalho informal, de tempo parcial, temporário e autônomo, tornaram-se uma fonte de trabalho barato, pago com salários baixos, recebem poucos benefícios e são facilmente demitidos (STANDING, 2013). Em uma pesquisa realizada por Coutrim (2006) observou-se que os participantes aposentados do estudo, em sua totalidade, trabalhavam no setor informal, com uma jornada de seis dias por semana, de oito a doze horas por dia.

O retorno e permanência no trabalho e a qualidade e renda do trabalho, parecem depender de dois fatores segundo algumas pesquisas: escolaridade e sexo. A escolaridade é considerada uma das variáveis mais importantes na determinação do rendimento do idoso, assim, quanto maior a escolaridade, maior o rendimento (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES; LEME, MÁLAGA, 2001). Além disso, a escolaridade e a qualificação influenciam na sua permanência no mercado de trabalho (GOULART JUNIOR et al., 2009; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA; 2004).

Destaca-se que a experiência é vista como um fator apreciativo, frente ao fator depreciativo atribuído para a idade, os aposentados que valorizarem sua experiência conseguirão aumentar significativamente seus rendimentos (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001).

Carrera-Fernandez e Menezes (2001), em sua pesquisa, encontraram a variável sexo como fator estatisticamente significativo e positivamente relacionado com a probabilidade de contratação do idoso no mercado de trabalho. Significa, como explicam os autores, que, dentre as pessoas com sessenta anos ou mais, são as do sexo masculino as mais propensas a participar da força de trabalho, além do mais, o fato de a mulher se dedicar mais aos afazeres da casa seja um fator que justifica a evidência.

De outra parte, a questão financeira pode influenciar o retorno e/ou permanência do aposentado no mercado de trabalho. O benefício previdenciário não seria suficiente para atender as necessidades de sobrevivência do aposentado e de sua família, pois muitos continuam sendo os provedores, de forma que o trabalho complementaria o rendimento familiar (KHOURY et al., 2010; CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE; 2010; BULLA; KAEFER, 2003; SANTOS, 1990; BITTENCOURT et al., 2011; COUTRIM, 2006; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004; CAMARANO, 2001; CARRERAFERNANDEZ; MENEZES, 2001; QUEIROZ; RAMALHO, 2009). Os altos índices de desemprego, nascimento de filhos fora do casamento e divórcio, entre outros, podem ter contribuído para os filhos permanecerem ou retornarem à casa dos pais, fazendo com que o aposentado (e/ou idosos) ainda seja o chefe da família (COUTRIM, 2006). Por este motivo, os idosos encontram motivação para continuar trabalhando, pois sabem que alguém depende deles, a família (COUTRIM, 2006).

Na pesquisa realizada por Khoury et al. (2010), o principal motivo de os aposentados retornarem ao mercado de trabalho foi a necessidade de se sentirem produtivos, em segundo lugar, empatados, os motivos de aumentar a renda familiar, necessidade de conviver com outras pessoas, e, na sequência, a necessidade de se sentirem atualizados.

Como já foi comentado, atualmente, muitos aposentados não são idosos. Diante disso, Leme e Málaga (2001) colocam que, ao saírem do mercado de trabalho em idade produtiva, os trabalhadores não aproveitam todo o seu capital humano, sendo que aposentar este capital humano antes do tempo também é empobrecedor para a sociedade. Em contrapartida, Khoury et al. (2010) discutem o tempo de permanecer trabalhando. Em sua pesquisa, 14% dos aposentados continuam a trabalhar depois de 10 anos de efetivação de sua aposentadoria, fato que o leva a questionar: qual seria a hora de parar?

O trabalho, como referem Souza, Matias e Brêtas (2010), é o fundamento da vida humana, é por meio dele que o homem se distinguiu dos outros animais, porque além de utilizar o esforço físico do corpo, utiliza a mente. É uma das atividades mais importantes da existência humana, sendo a principal fonte de significado da constituição da vida, as pessoas articulam-se ao redor das atividades laborativas (ZANELLI; SILVA 1996). O trabalho, da mesma forma, é tido como uma obrigação moral e a sociedade cobra por meio dele, quem não trabalha está em desacordo com a ética da sociedade (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010).

Na sociedade atual percebe-se a supervalorização dada aos papéis profissionais, sendo que o valor do indivíduo, seu reconhecimento, pode ser medido pelos papéis profissionais que ocupa, logo, o lugar do sujeito na sociedade é determinado pelo seu papel profissional (MARRA et al., 2011). O indivíduo vai criando uma rede de relações, e estabelecendo vínculos afetivos no trabalho e quanto mais enraizados, mais dificuldades aparecem para romper com o trabalho (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010). Com supervalorização do trabalho na vida dos indivíduos trazida pela sociedade capitalista (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010), a identidade pessoal e a profissão se entrelaçam, muitos indivíduos passam a ser reconhecidos por si e pelos outros, por sua profissão. O trabalho ainda pode representar sentido de utilidade (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010).

Por fim, identifica-se a importante contribuição de Viktor Frankl (2003) sobre o sentido da vida e o sentido do trabalho. Ele fala em missão de vida, pontua que cada pessoa, no decorrer de sua vida, tem missões a cumprir, sendo que estas possuem caráter único e irrepetível, portanto, quanto mais o homem aprender o caráter de missão que a sua vida tem, mais a sua vida lhe parecerá carregada de sentido.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Uma observação importante a ser feita, está no fato da feira por natureza ser em espaço aberto e a soma da comercialização de diversos gera um valor agregado a ela que mantém e atrai cada vez mais um elevado número de visitantes, tornando o comercio informal, cada vez mais atrativo para quem busca uma fonte de renda.

**Tabela 1** Local de Residência dos Entrevistados

Residência	Freq. Absoluta	Freq. Em %
ITAPECURU MIRIM-MA	54	54,00
ENTRONCAMENTO	28	28,00
MIRANDA DO NORTE	12	12,00
VARGEM GRANDE	2	2,00
OUTROS	4	4,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme tabela acima observamos que 54% dos entrevistados, residem na cidade de Itapecuru Mirim, e uma observação sobre domicílio, desses 54 moradores de Itapecuru Mirim, nenhum deles reside em um bairro considerado como área nobre de Itapecuru, demonstrando a possibilidade de que, os questionados, sejam moradores de imóveis com valor financeiro elevado.

**Tabela 2** Horas de Trabalho por Segunda-Feira

Horas por segunda	Freq. Absoluta	Freq. Em %
De uma a três horas	0	00,00
De quatro a seis horas	5	5,00
De sete a oito horas	13	13,00
Acima de oito horas	82	82,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Mais de 80% dos entrevistados trabalha por segunda-feira mais de oito horas.

**Tabela 3** Faixa Etária dos Entrevistados

Idade	Freq.	%
até 20 anos	12	12,00
21 a 30 anos	21	21,00
31 a 40 anos	20	20,00
41 a 59 anos	25	25,00
mais de 60 anos	22	22,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Além de ser uma atividade onde observamos tanto pessoas do sexo masculino como pessoas do sexo feminino em proporções próximas, 22% dos comerciantes se enquadram na faixa etária acima dos 60 anos, um percentual considerável, a presença de idosos é justificada pelo complemento de renda familiar, notando que cada vez mais a inflação reduz o poder de compra com o agravante de muitas vezes os custos de vida desses cidadãos serem maiores, como com a saúde. Além de observamos que segundo o IBGE conforme acima mencionado, cresce o percentual de idosos responsáveis economicamente por domicílio. O desgaste físico de certa forma reduzido em apenas um dia de trabalho, falta de oportunidades formais que aceitem essa idade, devido à dinâmica do trabalho em si, exigir uma agilidade, também se tornam atrativos para participação desses indivíduos no mercado informal da feira.

Notando que o maior percentual etário está situado na faixa próxima a idade dos 60 anos. O que se for mantida a permanência dessa faixa etária no mercado em destaque, dentro de no mínimo 10 anos, levando em consideração a taxa de E.V. no Brasil e excluindo a hipótese de falecimento de 50% dos idosos entrevistados, teremos um percentual aproximado de 50% de idosos comercializando de forma informal na FMIM.

**Tabela 4** Grau de Escolaridade dos Entrevistados

Escolaridade	Freq.	%
Sem escolaridade	5	5,00
Fundamental Incompleto	17	17,00
Fundamental Completo	18	18,00
E. Médio Incompleto	21	21,00
E. Médio Completo	29	29,00
Superior Incompleto	9	9,00
Superior Completo	1	1,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Paralelamente obtivemos no grau de escolaridade dos entrevistados, a divisão entre o nível fundamental e médio 85%, demonstrando o baixo grau de instrução de mais da metade dos entrevistados. E conforme citamos acima referente a informalidade, que quanto menor o grau de escolaridade, menores são as oportunidades no mercado de trabalho formal devido as exigências cada vez maiores quanto a qualificação dos profissionais. A informalidade torna-se a via mais fácil para um grande número de desempregados, impossibilitando os benefícios do empregado regular, como direitos trabalhistas, local de trabalho seguro e com melhores condições.

**Tabela 5** Motivos da Saída do Último Trabalho Formal

Motivos	Freq.	%
Aposentadoria (por idade)	23	46,94
Demissões	18	36,73
Razões Pessoais	8	16,33
Total	49	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Vale ressaltar que, o número total de indivíduos levados em consideração no caso acima foi de 49 pessoas, pois resultam da subtração de 29 cidadãos que nunca estiveram no mercado (ver tabela 17) de trabalho formal e 22 que ainda trabalham no mercado formal (conforme tabela 15) e atuam na feira para complementar renda, do total de 100 (cem) questionados, o que poderia acarretar em um resultado equivocado e a uma interpretação diferenciada do universo estudado. Observamos que o maior

percentual é ocasionado por aposentadoria (por idade), buscando na informalidade o reconhecimento e a inserção na sociedade (KHOURY 2010), e complemento de suas rendas.

**Tabela 6** Utilização da Renda obtida na Feira

Motivos	Freq.	%
Complemento de Renda	88	88,00
Renda principal	12	12,00
Total	49	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Pela peculiaridade de ocorrer em um único dia da semana, a feira conforme dados obtidos na pesquisa torna uma oportunidade obter rendimentos bastante atrativa para complementação de renda de muitas pessoas, como foi o caso de 88% dos entrevistados, essa minoria tem na comercialização da feira sua principal renda, por obter rendimentos, segundo os mesmos, satisfatórios e suficientes para manutenção de seus custos de vida, ou por nos outros dias da semana estarem trabalhando na elaboração de peças e busca de matéria-prima para comercialização as segundas-feiras na feira.

**Tabela 7** Tempo de Trabalho na feira

Dias de trabalho	Freq.	%
De 1 dia a 365 dias	12	12,00
De 1,1 a 5 anos	23	23,00
De 5,1 a 10 anos	33	33,00
Acima de 10 anos	32	32,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela acima trata de quanto tempo o entrevistado está inserido no mercado informal da feira, mostrando que o número de iniciantes na feira tem o menor percentual com percentual de 12% enquanto que a frequência de pessoas com maior tempo de atuação nesse mercado soma 88%, ou seja, um mercado informal tradicional, com percentual de 32% de pessoas que participam a mais de 10 anos.

**Tabela 8** Renda por Segunda-feira

Renda média/ Segunda	Freq.	%
De 1 real a 100 r reais	43	43.00
De 101 reais a 300 reais	44	44.00
De 301 reais a 500 reais	11	11.00
Acima de 500 reais (pelo menos em mais de 24 segundas/ano)	2	2,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Pesquisando constatou-se que quase 100% dos informais na feira percebem renda por segunda-feira variando entre 1 real e 500 reais. Os valores informados, não demonstram o lucro real e sim valores totais arrecadados em determinados períodos. O que em mais de 50% dos que responderam à pesquisa obtém uma renda superior a um trabalho formal com recebimento mensal de um salário mínimo. Além do que, as receitas obtidas na feira são sazonais, coexistindo meses de baixas vendas. Sendo necessárias atividades paralelas como complemento de renda, o que se não houvesse uma certa especificidade no mercado da FMIM, como por exemplo a fiscalização continua da SEFIN (Secretaria de Finanças), certamente teríamos uma tabela anterior de número 7 (sete) composta por valores diferentes.

**Tabela 9** Vantagens da Informalidade

	Freq.	%
Flexibilidade de tempo	32	32,00
Ausência de hierarquia	7	7,00
Ganhos salariais	9	9,00
Falta de oportunidades	40	40,00
Outros	12	12,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Para 40 % dos ambulantes entrevistados a falta de oportunidades foi eleito a maior vantagem de ser informal, a falta de oportunidades, está agregada a falta de qualificação e grau de instrução dos entrevistados.

**Tabela 10** Desvantagens da Informalidade

	Freq.	%
Falta de benefícios trabalhistas	59	59,00
Sazonalidade	12	12,00
Desgaste físico	20	20,00
Outros	9	9,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Para 59% dos entrevistados a maior desvantagem de ser informal é a ausência de benefícios trabalhistas e em segundo o desgaste físico do trabalho com 20%. A violência, a sujeira, o período chuvoso, também são fatores que podem prejudicar o seu trabalho, pois acabam afastando os visitantes da feira, consequentemente diminuindo os rendimentos diários.

**Tabela 11** Opção em Continuar no Trabalho Informal

Trocaria o trabalho informal por um formal	Freq.	%
Sim	79	79,00
Não	21	21,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Os benefícios trabalhistas do trabalho formal, regularidade salarial, ambiente de trabalho seguro e confortável foram fatores citados pelos entrevistados por optar em troca para o trabalho formal, caso fosse possível. Atingindo significativo percentual de 79% do total.

**Tabela 12** Tipo de Moradia

Tipo de moradia	Freq.	%
Própria	10	10,00
Financiada	28	28,00
Alugada	37	37,00
De parentes	20	20,00
Outros	5	5,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

A necessidade do complemento de renda pode ser um fator fundamental, para a busca da informalidade para os 65% das pessoas que responderam ao questionário, que moram de aluguel 37% e para aqueles que precisam pagar o financiamento do imóvel com 28%. No que se refere a moradia o termo outros, está composto por pessoas que residiam com cônjuges ou parceiros, ou até mesmo empregadas.

**Tabela 13** Tempo Trabalhando na Informalidade, a Partir da Saída do Último Trabalho Formal

Tempo em anos	Freq.	%
Menos de um ano	2	4,08
Entre um e três anos	8	16,33
Entre três e quatro anos	9	18,37
Acima de quatro	30	61,22
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

É importante evidenciar que no universo acima estudado trabalhamos com um total de 49 pessoas, excluindo 22 pessoas que ainda trabalham com carteira assinada (ver tabela 15) e 29 que nunca trabalharam no mercado de trabalho formal (conforme tabela 17), para evitar erros de interpretações. Assim obtivemos 61,22% dos questionados aqui, que já trabalharam com formalização trabalhista e não conseguiram retornar, pois muitos deles tem baixo nível de estudo e receberam os chamados ofícios através de familiares e tiveram necessidade de trabalhar jovem para auxiliar a renda de suas famílias além de 23 pessoas desse universos (mais de 46% da amostra acima) estarem aposentados, Assim

como os 32% de pessoas que estão fora do mercado de relações trabalhistas formal acima de três anos, sentido dificuldades para se reempregarem formalmente.

**Tabela 14** Quantidade de Pessoas que Residem no Domicílio do Entrevistado, Excluindo o Questionado

Quantidade de pessoas em números	Freq.	%
Moram com Duas pessoas	9	9,00
Moram com Três pessoas	11	11,00
Moram com Quatro pessoas	25	25,00
Acima de quatro moram na residência	55	55,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Geralmente as famílias de baixa renda, são as que buscam no mercado informal a solução para seus problemas financeiros, também costumam ter o perfil de famílias com maior número de pessoas conforme 55% de entrevistados que residem em residências com número de pessoas superior a quatro.

**Tabela 15** Existência de Outra Renda além do Comércio na Feira.

Tempo de trabalho	Freq.	%
Trabalho formalizado	22	22,00
Trabalha informal na mesma atividade	42	42,00
Trabalha informal em outra atividade	1	1,00
Aposentadoria	23	23,00
Não possui outra renda	12	12,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

A caracterização do trabalho informal na feira ser basicamente a procura de complementação de suas rendas, está na soma dos percentuais de pessoas aposentadas 23%, com o de pessoas que ainda trabalham com carteira assinada 22% e os 42% que trabalham na mesma atividade informal durante os outros dias da semana, totalizando o maior percentual 87% do total de entrevistados.

**Tabela 16** Renda Quando Trabalhou (trabalha) com Carteira Assinada

Renda em salários mínimos	Freq.	%
Um salário mínimo	41	57,75
Dois salários mínimos	20	28,16
Três salários mínimos	8	11,27
Acima de três	2	2,82
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação a tabela acima trabalhamos com um total de 71 pessoas, excluindo desse item, pessoas que nunca trabalharam com carteira assinada, conforme tabela 17, nota-se que 57,75% recebiam ou recebem renda com relações de trabalho formal no valor de um salário mínimo.

**Tabela 17** Quantidade de empregos em que trabalhou formalizado

Motivos	Freq.	%
Nunca trabalhou formalizado	29	29,00
Trabalhou em apenas uma empresa	19	19,00
Trabalhou apenas em duas empresas	20	20,00
Trabalhou em mais de duas empresas	32	32,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme acima os maiores percentuais estão contidos de pessoas que trabalharam em mais de duas empresas 32%, ou seja, conseguiram se reempregar diversas vezes, porém a maior parte deles afirmou que todos os empregos formalizados exigiam baixa qualificação. Além daqueles que nunca trabalharam com carteira assinada 29%, muitos possuem escolaridade baixa ou nenhuma e afirmaram que o conhecimento necessário para aprender o ofício ou sua arte foi repassado por familiares até por uma questão cultural, nos casos por exemplo de pescadores, vendedores de farinha e artesões. O que aliado a falta de oportunidades e da baixa qualificação gera exclusão social pela desses cidadãos.

**Tabela 18** Renda Familiar Mensal Excluindo os Rendimentos Obtidos na Feira

Renda familiar em salários mínimos	Freq.	%
Um salário mínimo	37	42,05
Dois salários mínimos	32	36,36
Três salários mínimos	12	13,64
Acima de três	7	7,95
Total	88	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Para a mensuração do item acima excluímos as pessoas entrevistadas que não possuíam outra renda conforme tabela 15, pois não se enquadravam nesse item, além de gerar uma possível desvio de interpretação. O que pôde-se notar é que a renda familiar, excluindo rendimentos da feira, é extremamente baixa considerando os custos de vida atuais e conforme tabela 14, que mais da metade do nosso universo de estudo, mora em domicílio com mais de quatro pessoas, revelando um dos motivos para se procurar outras fontes de renda.

**Tabela 19** Autônomo /Empregado sem Carteira Assinada

Trabalha para outra pessoa?	Freq.	%
Autônomo	92	92,00
Empregados sem carteira assinada	8	8,00
Total	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme tabela a cima, observou-se um percentual elevado de trabalhadores autônomos.

#### 4 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, após analisar todos os dados obtidos durante a pesquisa, verificou-se no perfil dos trabalhadores informais da PRBP, uma diversidade elevada com relação a idade, escolaridade e motivações, porém, notou-se um percentual significativo de idosos, alguns aposentados ou com faixa etária avançada, trabalhando como autônomos, residentes na cidade de Belém (em bairros de periferia), morando muitas vezes com um número de pessoas superior a quatro, em casas alugadas ou financiadas. Esses trabalhadores da feira, principalmente os idosos, em sua maioria, trabalham há mais de cinco anos, tem uma expressiva responsabilidade econômica por seus domicílios, possuidores em quase que sua totalidade de nível de escolaridade baixo que afirmaram trabalhar na informalidade ou por falta de oportunidade ou para complementar renda. Essa busca de complementação de renda ocorre devido as condições citadas acima, ou seja, um custo de vida alto, tanto para os idosos quanto para os outros indivíduos, sendo importante salientar que para o idoso, além de uma questão financeira há também a questão psicossocial de se sentir útil a sociedade novamente.

Todavia, parar nem sempre é uma escolha, principalmente para os trabalhadores idosos, pois é preciso suportar as suas necessidades e/ou a dos seus familiares e, num ambiente adverso, os aposentados e/ou idosos acabam optando pelo trabalho informal, de tempo parcial, temporário e autônomo. O forte vínculo construído com o trabalho ao longo do ciclo da vida e as características do mercado de trabalho atual acabam por tornar o tempo merecido de descanso e sonhado para o trabalhador, o tempo de aposentadoria, um tempo de incertezas e de dificuldades.

Tais evidências sugerem que, com a transição demográfica por que passa o mundo e o país (aumento da expectativa de vida), a tendência será de uma participação cada vez maior de aposentados na população ativa, principalmente por questões de sobrevivência.

Nesse contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico. As qualificações intelectual, técnica e profissional, através da educação do nível básico e médio de qualidade, devem constituir prioridade das políticas definidas à população jovem, para que assim haja a inserção social, uma vez que os jovens de hoje serão aqueles que terão que sustentar, no futuro, o contingente de idosos e mais tarde, aposentados (por tempo de trabalho) com perspectivas de melhores proventos de aposentadoria. Por sua vez, a requalificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem constituir prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de obter melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Previdência Social – MPS. **Legislação**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/>. Acesso em: 01 març. 2017.
- BULLA, L. C; KAEFER, C. O. **Trabalho e aposentadoria**: as Repercussões Sociais na Vida do Idoso Aposentado. Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, n.2, 2003.
- CACCIAMALI, M. C. **Globalização e Processo de Informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, n. 14, jun. 2000.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983. (Série Ensaios Econômicos, n. 26).
- CACCIAMALI, M. C. **A Composição do Mercado Informal de Trabalho e o Papel do Mercado de Trabalho na Redução da Pobreza**. São Paulo: Fipe, 2002a. (Convênio Fipe, MTE, Tema 52).
- CACCIAMALI, M. C. **Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho na América Latina**. In: São Paulo em Perspectiva, Seade, São Paulo, v.16, n. 2, 2002b.
- CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, Pobreza e Proteção Social na América Latina**. Texto para discussão nº 1292. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007.
- CARRERA-FERNANDEZ, J; MENEZES, W. **O Idoso no Mercado de Trabalho**: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.32, n.1, p. 52-67, 2001.
- CASTEL, R. **O Aumento das Incertezas**: trabalho, proteção e status dos indivíduos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF: BNDES, 2009.
- CINTRA, T. S; RIBEIRO, D. F; ANDRADE, A. S. **O Cotidiano de Aposentados que Continuam Trabalhando de Maneira Informal na Indústria Calçadista**: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v.13, n.2, p. 277-287, 2010.
- COCKELL, F. F; PERTICARRARI, D. **Retratos da Informalidade**: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.16, n.3. pp. 1709-1718, 2011.

DINIZ, Marcelo Bentes e DINIZ, Marcia Jucá Teixeira. **Arranjo Produtivo do Artesanato na Região Metropolitana de Belém**: uma caracterização empírica. Novos cadernos NAEA, VoL.10 ,n.2 (2007).

FEIJÓ, C. A; SILVA, D. B. N; SOUZA, A. C. **Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf**. Revista de Economia contemporânea, Rio de Janeiro, v.13, n.2 p. 329-354, 2009.

FRANKL, V. **Psicoterapia e Sentido da Vida**: fundamentos da Logo terapia e análise existencial. 4 ed. São Paulo: Quadrante, 2003.

FURTADO, A. **A participação do Idoso no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília-DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/ Consultoria legislativa, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILES, J; DEWEN, W; WEI, C. **The labor supply and retirement behavior of China's older workers and Elderly in comparative perspective**. Washington: The World Bank Development and Public Services Team, 2011.

GOULART JUNIOR, E, et al. **Considerações sobre a Terceira Idade e o Mercado de trabalho**: questionamentos e possibilidades. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v.6, n.3, p. 429-437, 2009.

KHOURY, H. T. T et al. Por que aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v.13, n.1, p.147-165, 2010.

KNOLL, M, A, Z. Behavioral and Psychological aspects of the retirement decision. Social Security Bulletin, v. 71, n. 4, 2011.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt ISBN: 978-92-2-823756-6 Brasília: OIT, 2010. <Gráfico sobre o estudo de caso da formalização no Brasil >

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Decent work and Theinformal Economy. Geneva: ILO, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya.Geneva: ILO, 1972.

PASTORE, José.(2000) Como reduzir a informalidade?. Disponível em: <[http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti\\_004.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_004.htm)>; Acesso em 05 de novembro de 2017.

SOUZA, R. F de; MATIAS, H. A; BRETAS, A. C. P. Reflexões Sobre Envelhecimento e Trabalho. Ciência & Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2835- 2843, set. 2010.

TIRYAKI, Gisele Ferreira. A Informalidade e as Flutuações na Atividade Econômica. Estud. Econ., São Paulo. v. 38, n. 1, Mar. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101416120080001000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101416120080001000) lng=en&nrm=iso ou em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S010141612008000100005> > Acesso em 20 nov 2017.

TRANSIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL PARA A FORMAL – relatório 2014 OIT; Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio103\\_v1\\_pt.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio103_v1_pt.pdf) /> Acesso em 20 nov 2017.

TRINDADE, José Raimundo. Emprego e Renda em Belém: balanço de uma década (2012). Disponível em: <<http://propostademocratica13.blogspot.com.br/2012/04/emprego-e-renda-em-belem-balanco-de-uma.html>> Acesso em 30 nov 2017.

WAJNMAN, S; OLIVEIRA, A. M, H. C; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no Mercado de Trabalho: Tendências e Consequências. In: CAMARANO, A. A (Org). Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, p. 453479, 2004.